

Adiamento de decisão sobre escutas gera racha entre réus

Enquanto ex-prefeita Dárcy Vera defendeu estratégia que adiou julgamento, outro grupo preferia decisão rápida; processo irá para discussão presencial e votação recomeça com placar zerado

EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

A pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a validade das escutas da Operação Sevandija implodiu a unidade entre os réus da maior investigação de corrupção de Ribeirão Preto. A estratégia de deslocar o julgamento para o plenário presencial — manobra que adia o desfecho do caso — dividiu os investigados em três frentes distintas.

O primeiro grupo, encabeçado pela ex-prefeita Dárcy Vera, joga com o tempo e aposta na lentidão das sessões físicas. Já a ala dos réus mais jovens, que amargam o bloqueio de bens e contas bancárias, defendia o julgamento virtual imediato para destravar suas defesas nas instâncias inferiores (Ribeirão e TJSP).

Um terceiro grupo, beneficiado pela prescrição das penas, nos quais se incluem Walter Gomes, Sandro Rovani e Cícero Gomes, assiste ao embate de forma neutra.

“Com as ações de improbidade decididas em tese, o julgamento imediato era o melhor caminho. Tenho condições de buscar um resultado melhor no Tribunal de Justiça”, desabafou um dos réus favoráveis à celeridade, sob reserva de anonimato.

Nos bastidores, a reportagem do JR apurou que a “cartada” do julgamento pre-



Gilmar Mendes, ministro do STF: voto divergente enviou processo para análise presencial

sencial foi articulada pela advogada Cláudia Seixas, que representa Dárcy Vera. Ela comenta o andamento processual.

ZERO A ZERO

No centro da controvérsia estão as interceptações telefônicas que embasaram parte significativa das denúncias apresentadas pelo Ministério Público. As escutas foram utilizadas para sustentar acusações contra ex-agentes públicos, empresários e operadores ligados a contratos firmados entre a Prefeitura

e empresas prestadoras de serviço entre 2010 e 2016. Ao retirar o caso do plenário virtual e transferi-lo para sessão presencial, a Corte sinaliza que a discussão sobre a validade das provas utilizadas na investigação exige um debate mais aprofundado entre os ministros.

Com isso, o placar da votação, que estava em um a um — Kassio Nunes Marques, então relator, havia votado pela validade das escutas, enquanto Gilmar Mendes, que pediu o envio do caso ao plenário presen-

cial, votou contra — será zerado, reiniciando todo o julgamento. A Segunda Turma é composta pelos ministros Dias Toffoli, André Mendonça e Luiz Fux, além dos dois anteriormente citados.

Não há prazo para que o julgamento presencial seja marcado. A pauta do STF, entretanto, já tem julgamentos agendados até o meio do segundo semestre. A marcação da sessão que irá julgar o caso será feita depois da publicação do voto divergente de Mendes, o que pode demorar até dois meses.

30 METROS

Menino que sobreviveu à queda inicia reabilitação

DA REDAÇÃO
redacao@jornalribeirao.com.br

A recuperação de Brenno Fernandes Girdziauckas, de 4 anos, atingiu um estágio decisivo nesta semana. Sobrevivente de uma queda do 10º andar de um edifício em Ribeirão Preto, ocorrida no final de dezembro de 2025, o menino iniciou o processo de reabilitação motora e deu seus primeiros passos após a retirada do gesso das pernas. O procedimento médico permitiu que criança voltasse a utilizar calçados e a realizar exercícios de sustentação de peso.

Imagens registradas pela equipe de fisioterapia do Hospital das Clínicas (HC-RP) mostram o paciente em pé, realizando tentativas de caminhada com o auxílio de profissionais. A evolução é considerada significativa pela equipe médica, dado o impacto da queda e a gravidade das lesões sofridas.

O episódio ocorreu na tarde de 27 de dezembro, por volta das 15h30, em um condomínio residencial na zona Sul da cidade. Brenno, que é autista não verbal, acessou a janela do banheiro do apartamento da família, que não contava com redes de proteção. Segundo o boletim de ocorrência registrado na época, a mãe relatou ter ouvido um barulho vindo do cômodo e, ao checar o local, percebeu a ausência do filho.

A criança foi encontrada consciente no solo da área comum do prédio, sobre a grama, fator que especialistas apontam como determinante para a sobrevivência em quedas de grandes altitudes (estimada em 30 metros neste caso). O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) realizou os primeiros socorros e encaminhou o menino à Unidade de Emergência do Hospital das Clínicas.

COMPLEXIDADE

O diagnóstico inicial apontou politraumatismo, com destaque para uma fratura bilateral do fêmur — lesão de alta energia que atinge simultaneamente os dois ossos mais longos e resistentes do corpo humano. Durante o período de internação, que se estendeu até o dia 18 de janeiro de 2026, Brenno foi submetido a três intervenções cirúrgicas complexas para estabilização das fraturas e correção de danos internos. O tratamento agora foca no fortalecimento muscular e na recuperação da amplitude de movimento das articulações, que ficaram imobilizadas por quase dois meses. Não há prazo para a finalização do mesmo.

MONITORAMENTO

TCE suspende licitação do ‘Big Brother’ em Ribeirão

DA REDAÇÃO
redacao@jornalribeirao.com.br

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) suspendeu temporariamente a licitação da Prefeitura de Ribeirão para a implantação de um novo sistema de monitoramento urbano. A medida, de caráter cautelar, tem como objetivo permitir que o órgão analise questionamentos técnicos apresentados por empresas interessadas no certame e garanta a competitividade do processo.

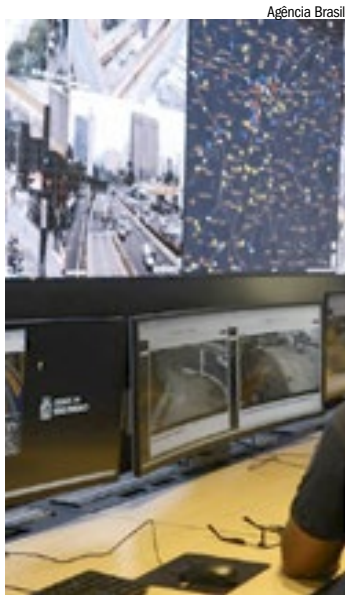
O projeto prevê a instalação de uma estrutura tecnológica integrada para a vigilân-

cia de áreas públicas e suporte à gestão de mobilidade e trânsito. O sistema contará com, pelo menos, 100 câmeras equipadas com inteligência artificial para reconhecimento facial, tecnologia capaz de identificar pessoas automaticamente por meio de características biométricas.

Os recursos para a contratação do serviço virão de parte da arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública (CIP), taxa paga mensalmente pelos moradores de Ribeirão Preto na conta de energia elétrica. Até o ano passado, essa verba era destinada exclusivamente à manutenção e mo-

dernização da iluminação da cidade. No entanto, em agosto de 2025, a Câmara Municipal aprovou um projeto de lei do prefeito Ricardo Silva (PSD) que autorizou o uso de parte desses valores para a implantação do sistema de monitoramento inteligente.

Em nota, a administração informou que recebeu a decisão do TCE com tranquilidade e que encaminhará todos os esclarecimentos solicitados dentro do prazo estabelecido e destacou que a suspensão temporária contribui para reforçar a transparência e a segurança jurídica de todo o processo licitatório.



Central de monitoramento